



Manuel Leal

A terra desprezada

Os açorianos desprezam o solo que lhes tem valido através da história nas crises provocadas por falta de recursos alimentares e a opressão colonial. A construção de hotéis e edifícios similares em terra lavradia nos Açores deveria ser proibida.

A produção agrícola local reflete-se na proteção contra a poluição planetária, outrossim no desenvolvimento da economia, e na saúde da população. Existem ainda outros benefícios, imediatos e a longo prazo. São consistentes numa dimensão universal com a harmonia ecossistémica. O abandono da lavra sugere a cognição restrita de que o futuro do arquipélago depende do turismo, simultânea ao provável declínio conceitual do valor social do trabalho de exercício muscular.

Neste momento a crescente avalanche de turistas constitui e pode ser num futuro de previsão difícil uma fonte de riqueza importante numa economia diversificada. Todavia, como corolário pouco discutido, paralelas às vantagens acrescentadas da presença de milhares de visitantes, há consequências adversas, sobretudo para as famílias e os indivíduos de menos recursos.

A dependência no sucesso desta indústria assemelha-se à esperança infundada na economia vaqueira. Está sujeita a ciclos irregulares, cujos interregnos pendem para a produção de clivagens societárias. As quedas precipitadas geram convulsões contudentes no aspeto social, e anómicadas no contexto cultural, para além da capacidade de intervenção paliativa ou de efeito reversivo das instituições económicas insulares e mesmo do “continente português”.

A economia americana tem função estimulante na economia mundial. O contrário também é

verdade. Numa situação de colapso, cuja probabilidade estaria sujeita à antecipada contração da economia mundial, o arquipélago ficaria à mercê de interposições externas, sempre exigentes e egostas nas contrapartidas necrófagas do grande capital. E potencialmente outros atores internacionais com objetivos políticos de amplitude planetária. Este penúltimo cenário, que se classificaria uma correção inevitável, já se esboça na ameaça inflatória registada no mercado americano. As consequências inevitáveis incidiriam no comércio internacional.

Portugal nunca teve um plano credível para o desenvolvimento económico dos Açores. Na execução de uma política de dezação, como se fora um atentado à “unidade” do país, preteria-se até há poucas décadas a educação secundária em várias ilhas e o ensino superior no arquipélago. Quem quisesse aceder à categoria de licenciado, então pendão privilegiado, precisaria passar nas universidades politizadas da metrópole o teste implícito da adesão à inexequível homogeneidade ideológica centrada num discurso nacionalista.

A supremacia absoluta da “pátria” era a cortina imperial de fumo. A concretização da Universidade dos Açores apenas se realizou quando a falácia histórica chocou com os pregões da instauração da nova liberdade. Vivia-se então uma situação agudizada no relacionamento com a metrópole.

O nível e a qualidade da educação estão ligados a ideia do progresso. A efetividade e a eficiência das instituições promotoras e responsáveis pelo desenvolvimento integral das populações foram cerceadas para que o controlo da iniciativa e a regulação pertencessem à classe dos supostos

“mais espertos”. A despromoção do progresso material e do desenvolvimento político e académico da pessoa açorianiana, eram uma característica da política nacional – do jugo colonial – político, no que se refere às ilhas atlânticas. Para impedir ou refutar a consciência da açorianidade em termos políticos e económicos, criou-se até quase aos últimos anos do século XX o mito da superioridade “continental” na afirmação por vezes subadjacente, mas sempre sentida, da incapacidade administrativa da gente ilhoa.

Neste cenário, os açorianos por inferência indizível seriam um povo menos inteligente. O termo codificando esta cognição era a “falta de quadros” ou técnicos competentes. Como quem amarra as pernas de alguém e conclui como variável causal a incapacidade motora da vítima. Foi neste contexto nocivo, ainda no alarido partejado no 25 de Abril, que Mário Soares perguntou, em território insular, intencional nas implicações da cognição divisionista que pretendia excitar, se os açorianos prefeririam o governo do Largo de São Francisco ao governo de Lisboa. Os políticos açorianos, membros da partidocracia, e a população açórica em geral, não deveriam olvidá-lo. A pergunta equivalia à inquirição se eram açorianos ou portugueses.

A autonomia, verdadeiramente, nem sempre se tem mostrado livre. Denuncia a apatia de quem se vê numa camisa de forças. Mas compete ao Governo Regional defender a terra como último recurso da população quando a situação da economia lhes não puder valer. Ao colonialismo de veludo, sempre presente, nesta vertente não seria verosímil atribuir a culpa.



Hernâni Bettencourt *

A SATA e os merceeiros

O grupo SATA deu a conhecer os resultados referentes a 2018. O saldo, tal como havia sido anunciado pelo Presidente do Conselho de Administração há uns meses foi pior que no ano transato (2017). Números preocupantes e que mereceram do Presidente Vasco Cordeiro, ainda que numa breve análise, palavras de realismo, responsabilidade e confiança na ação futura de uma administração que nem 6 meses de exercício ainda tinha. Dois dias antes, perante a confirmação oficial do cenário previamente anunciado, vieram logo a terreiro os grandes especialistas em gestão na vertente do transporte aéreo. Os mesmos que pedem, em cada intervenção pública sobre a SATA, mais aviões, mais voos, mais “ACMIS”, mais tripulações, mais funcionários e... menos prejuízos. Sim, estamos a falar do PSD. Atenhamos ao seu líder. Não só pelo cargo que ocupa até 2020 (?), mas principalmente por aquilo que foi dito. Referiu, então, o Presidente da Câmara da Ribeira Grande de visita (férias na autarquia?) por Santa Maria, que esta-

va em causa uma “gestão danosa” do Governo e, especificamente, de Vasco Cordeiro. Percebe-se a ideia e a tentação de colar Vasco Cordeiro aos prejuízos (acima de 50 milhões) anunciados era fortíssima, mas Gaudêncio falhou em toda a linha. Começamos pela forma. Os termos utilizados reportam para o Código Penal e, designadamente, para a norma que define o tipo de crime denominado “administração danosa” e consagra a respetiva pena. Judicializar a política, ainda que tenha sido por desconhecimento do valor jurídico das palavras utilizadas, demonstra falta de argumentos políticos, precipitação e impreparação em doses elevadas. A SATA já foi objeto de inúmeros debates no Parlamento e de duas comissões parlamentares, cujos relatórios são públicos. Pelo que é aconselhável a leitura atenta dos mesmos. Acresce que pedir um “cartão vermelho ao Governo” também demonstra desconhecimento das regras do futebol. Alguém devia dizer-lhe o que aconteceu a um jogador que pede cartão a outro(s)... Vamos ago-

ra ao conteúdo. Gaudêncio, como sempre, não aponta soluções (terá abandonado a ideia da privatização de 51%?!) e limita-se a verbalizar as contas (mal) feitas por outros e, vai daí, a imputar ao Presidente Vasco Cordeiro a responsabilidade por 200 milhões de euros de prejuízos na SATA. Esta imputação incorre, objetivamente, em inúmeros erros, pois despreza o simbolismo de ter a bandeira dos Açores a “voar” pelo mundo; desmerece o papel decisivo da companhia para os Açores; não tem minimamente em atenção o seu peso na economia açorianiana; confunde propositadamente o papel do acionista com as funções e responsabilidades da administração e atira para o ar umas contas que estão à imagem daquele merceeiro que só sabia somar. Somava, somava, até que os clientes sumiram... Acontece que a SATA, por muito merceeiro especialista em somas que assim a entenda, não é uma mercearia. A SATA é “A” empresa dos Açores. Não é uma mera mercearia da rua direita!

* *Jurista*